



III Seminário Internacional de Pesquisas em **Mediatização** e Processos Sociais

#ForaButler: operações midiáticas na fabricação da cruzada moral contra a “ideologia de gênero”

#ForaButler: media operations in the fabrication of the moral crusade against “gender ideology”

Marlon Santa Maria Dias
Alisson Machado

Palavras-chave: Circulação; Redes Digitais; Ideologia de Gênero.

Entre os dias 7 e 9 de novembro de 2017, o Sesc Pompeia, um dos principais centros culturais de São Paulo, realizou o seminário “Os Fins da Democracia”. Uma das organizadoras e palestrante do encontro era a filósofa e professora estadunidense Judith Butler, referência nos estudos de gênero e da teoria queer. Na ocasião, Butler lançou seu mais recente livro, “Caminhos Divergentes: Judaicidade e Crítica do Sionismo” (2017), e palestrou sobre os desafios da democracia na contemporaneidade.

A visita de Butler foi marcada por uma intensa disputa política, em parte articulada nas redes digitais. Nas semanas que antecederam o seminário, organizou-se uma petição online, com mais de 350 mil assinaturas, que pedia seu cancelamento. Em torno da hashtag #ForaButler, orquestrou-se nas redes uma mobilização contrária à vinda da filósofa. No dia do evento, a entrada do Sesc Pompeia tornou-se cenário de uma batalha entre manifestantes contrários e pró-Butler. Com cruces, terços, Bíblias e bandeiras do Brasil em mãos, os manifestantes ultraconservadores bradavam contra o que denominam “ideologia de gênero” – da qual Butler seria criadora e propagadora. Ao som de um Pai Nosso e de gritos de “Fora Butler!” e “Queimem a bruxa!”, o grupo ateou fogo em uma boneca caracterizada de bruxa que representava a filósofa. No aeroporto, quando



III Seminário Internacional de Pesquisas em Mídia e Processos Sociais

retornava aos Estados Unidos, Butler voltou a ser alvo de hostilidade e violência – momento filmado e narrado pelos agressores com ampla circulação nas redes digitais.

A partir dessa situação empírica, examinamos um conjunto de operações midiáticas na fabricação do que pesquisas sociológicas nomeiam de “cruzada moral contra a ideologia de gênero” (Balieiro, 2018; Corrêa, 2017; Junqueira, 2017; Miskolci, 2018). O objetivo central é refletir sobre os sentidos acionados por essas operações por meio dos rastros deixados na materialidade das redes digitais.

Para tanto, realizamos três movimentos: a) contextualização da noção de “ideologia de gênero” e sua disseminação no Brasil; b) reconstrução do caso midiático a partir dos materiais coletados e; c) análise das operações. O corpus é constituído de um conjunto de materiais coletados em sites de redes sociais, portais de notícias e plataformas de compartilhamento de vídeos. Durante a semana que antecedeu o evento até a semana posterior a sua realização, realizamos coletas no Twitter e no Facebook a partir da hashtag #ForaButler e dos termos “ideologia de gênero”, “Judith Butler” e “Sesc Pompeia”. A observação desse material aliada à cobertura midiática do acontecimento sustenta o intuito de reconstituir o caso, enquanto um caso midiático (Ford, 1999).

A “pequena grande batalha” do Sesc Pompeia desenvolve-se no cenário da midiatização em processo (Fausto Neto, 2006, 2008), que estrutura e organiza os sentidos e que se reconfigura a partir de operações midiáticas e de práticas de interação dos atores. Na sociedade em midiatização, tanto o engendramento quanto os processos de circulação dos acontecimentos envolvem a transação de múltiplas agendas (Fausto Neto, 2015a). As redes digitais, enquanto terreno midiático-comunicacional, tornam-se zonas de embates discursivos e *locus* observacional das tensões entre os atores. Seguindo a orientação teórico-epistêmica da midiatização, cabe-nos discutir o modo como as agências e embates de atores, instituições midiáticas e não midiáticas potencializam, consolidam e reconfiguram a cruzada em análise.



III Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais

A noção de “ideologia de gênero” coaduna um conjunto de reações a políticas de reconhecimento às diferenças de gênero e sexualidade. Essas reações possuem dimensão transnacional, manifestadas em todo o mundo e de modo mais intenso na Europa e na América Latina (Corrêa, 2018). Pesquisas identificam que a noção de “ideologia de gênero” vem sendo gestada há pelo menos duas décadas (Miskolci e Campana, 2017; Miskolci, 2018; Corrêa, 2018) – sua emergência se dá após a IV Conferência das Nações Unidas sobre as Mulheres em Beijing, no ano de 1995, quando substituiu-se o termo “mulher” pelo conceito de gênero. Segue-se a isso uma reação de intelectuais laicos e lideranças religiosas católicas.

Dois textos fundacionais dessa cruzada são *Gender Agenda* (1997), da jornalista e militante pró-vida Dale O’Leary, uma crítica à adoção da perspectiva de gênero para as políticas públicas da ONU, e *Sal da Terra* (1997), de autoria do então Cardeal Joseph Ratzinger, atual Papa Emérito Bento XVI, no qual afirma a contradição entre o conceito de gênero e o catolicismo. Desenhou-se a partir de então uma “contraofensiva político-discursiva poderosa contra o feminismo e sua proposta de reconhecimento e avanço em matéria de direitos sexuais e reprodutivos” (Miskolci e Campana, 2017, p. 726).

Conforme Miskolci e Campana (2017), o contexto latino-americano da última década foi propício para o desenvolvimento de uma reação articulada contra o que se denominou “ideologia de gênero”, tendo como marco o Documento de Aparecida, de 2007, resultado da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. Ainda que a contraofensiva à ampliação dos direitos sexuais e reprodutivos tenha se desenvolvido de modo particular em cada país latino, os autores identificam alguns elementos comuns às diferentes realidades nacionais em que os debates sobre gênero e sexualidade ganharam relevância: “1. todas ocorreram a partir da virada do milênio; 2. emergiram em países que passaram a ter governos de esquerda; e 3. deflagraram-se em torno de reformas educacionais e legais” (Miskolci e Campana, 2017, p. 734).



III Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais

Nos textos consultados (Miskolci e Campana, 2017; Miskolci, 2018; Balieiro, 2018), é consenso que a legalização das uniões entre pessoas do mesmo sexo na Argentina (2010) e no Brasil (2011) é ponto de inflexão para a consolidação do pânico moral sobre “ideologia de gênero” no continente. É nesse cenário que se localiza uma das primeiras manifestações do pânico moral em reação aos avanços em políticas de direitos humanos: a oposição de um grupo de parlamentares, sobretudo das chamadas “bancadas evangélica e católica”, a materiais didáticos elaborados para o Programa Escola sem Homofobia, com coordenação do Ministério da Educação.

Por conta da polêmica, o material didático (apelidado pejorativamente pelos opositores de “kit gay”), que deveria ser distribuído nas escolas com o objetivo de enfrentamento à homofobia, foi vetado pela Presidenta Dilma Rousseff. Mesmo assim, o material tornou-se peça-chave no jogo político que se desenvolveria a partir de então, reverberando ainda nas eleições de 2018 – quando as notícias falsas sobre o “kit gay” voltaram a ser disseminadas por candidatos. A partir da ideia de que a escola poderia ser potencial indutora da homossexualidade e da pedofilia, construiu-se o pânico moral forjado pela imagem da “criança sob ameaça” (Balieiro, 2018).

Outro acontecimento importante para compreender a consolidação da cruzada moral contra a “ideologia de gênero” no Brasil é a discussão sobre os Planos de Educação em âmbito nacional (2014), estadual e municipal (2015). Segundo Miskolci (2018), um grupo diversificado de empreendedores morais – laicos, evangélicos (neopentecostais ou não) e católicos – uniram-se na batalha para barrar iniciativas educacionais sob a perspectiva de gênero. Dilma Rousseff sancionou, em junho 2014, o Plano Nacional de Educação (2014-2024), cuja versão final não faz menção a gênero. A partir disso, houve veto à menção a gênero nos planos estaduais e municipais aprovados no ano seguinte.

Um empreendedor moral que ganhou projeção nacional nesse momento foi o Movimento Escola Sem Partido, fundado em 2004 com o objetivo de combater uma suposta “doutrinação política e ideológica na sala de aula” e a “usurpação do direito dos



III Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais

país sobre a educação moral e religiosa de seus filhos”. Miguel (2016) recorda que a pauta moral apenas foi adotada pelo movimento durante as discussões sobre os planos educacionais, dando visibilidade ao grupo e fortalecendo as pautas organizadas em torno do perigo do “fantasma do gênero” (Butler, 2017).

Em decorrência das discussões sobre os planos educacionais, disseminou-se pelo país a noção de “ideologia de gênero”. Miskolci (2018) faz a ressalva de que tal “fantasma” se alastrou menos por meio de lideranças neopentecostais do que por católicas e laicas – contrapondo o que era amplamente noticiado pela imprensa hegemônica. A gramática moral que organizava a cruzada contra o gênero reuniu religiosos de variadas vertentes com diferentes grupos laicos, como o Escola Sem Partido e o Movimento Brasil Livre (MBL). A associação da “ideologia de gênero” à esquerda ajudou, segundo Balieiro (2018), a aproximação de grupos de direita no espectro político nacional, sem necessária vinculação à alguma moralidade religiosa. A aliança forjada entre esses grupos é circunstancial, já que os grupos possuem interesses diversos, e sua relação é dependente do que denominam “ideologia de gênero”, ou seja, a reação contra avanços dos direitos sexuais e reprodutivos (Miskolci e Campana, 2017).

A contextualização dessas tensões nos auxilia a compreender e a analisar o desenvolvimento da campanha difamatória que tinha como intuito barrar a visita de Judith Butler ao Brasil. Como afirmam Miskolci e Pereira (2018), uma das estratégias utilizadas por esses empreendedores é a atribuição de problemas sociais concretos a inimigos imaginários – desde o comunismo a defensores dos direitos humanos e pessoas de gênero e sexualidade dissidentes.

Esses acontecimentos foram tecidos em complexos circuitos comunicativos que emergiram nas redes digitais e se potencializaram em decorrência da própria circulação e constituição narrativa e midiática dessas redes. O caso das mobilizações #ForaButler é construído por meio de interlocuções entre várias instâncias (instituições midiáticas, não



III Seminário Internacional de Pesquisas em Mídia e Processos Sociais

midiáticas e atores sociais), em embates discursivos que desvelam as disputas pela referência de inteligibilidade acerca do gênero.

Observar a circulação do caso possibilitou averiguar a produção de sentidos a partir dos desajustes intrínsecos à relação entre produção e reconhecimento (Verón, 2005). Algumas considerações preliminares apontam para o manejo das mensagens por atores que não necessitam de muitas autorizações para produzir e inscrever seus enunciados na circulação. Pelo contrário, são atores que operam seguindo lógicas de mediação e se especificam enquanto um “corpo-significante” (Fausto Neto, 2015b) – de produção e circulação de signos. É o caso de empreendedores morais *youtubers* que encampam a cruzada contra o gênero em ambientes digitais e cujos vídeos, compartilhados em páginas de conteúdo conservador, impulsionam as manifestações nas redes e nas ruas. É também o caso de empreendedores que não estão ligados a moralidades religiosas, mas que se inscrevem na batalha e passam a também disputar a autoridade da cruzada – como o ator Alexandre Frota, em manifestações no Twitter. Já nas redes, as disputas de sentido desvelam uma guerra cultural cuja compreensão necessita o olhar em retrospecto para acontecimentos que ajudaram a construir a mobilização.

Os acontecimentos que orbitam em torno do #ForaButler são, portanto, constituídos a partir de fragmentos advindos de diferentes locais de narração: a cobertura midiática tradicional (que pouco faz para elucidar os contornos da disputa sobre a “ideologia de gênero”), a posição das instituições envolvidas, a fala dos peritos e dos representantes de cada campo social envolvido (especialistas, acadêmicos, artistas, empreendedores morais, lideranças religiosas e políticas, o judiciário etc.) e a produção pulverizada e com alto grau de propagação dos atores sociais interconectados.



III Seminário Internacional de Pesquisas em **Mediatização** e Processos Sociais

Referências bibliográficas

BALIEIRO, F. F. “Não se meta com meus filhos”: a construção do pânico moral da criança sob ameaça. **cadernos pagu**, v. 53, Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, p. e185306, 2018.

BUTLER, J. O Fantasma do Gênero. **Folha de S. Paulo**, 19 nov. 2017. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/11/1936103-judith-butler-escreve-sobre-o-fantasma-do-genero-e-o-ataque-sofrido-no-brasil.shtml>. Acesso em: 30 nov. 2018.

CORRÊA, S. Algumas palavras sobre Ideologia de gênero: rastros perdidos e pontos cegos. In: Colóquio Gênero Ameaça(n)do. Análises e Resistências, 30 e 31 out. 2017, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://youtu.be/VWBJ6GX2Umo>. Acesso em: 30 jan. 2019.

_____. A “política do gênero”: um comentário genealógico. **cadernos pagu**, v. 53, Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, p. e185301, 2018.

FAUSTO NETO, A. Mediatização, prática social: prática de sentido. In: Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação e Comunicação (COMPÓS), 15, Bauru/SP. **Anais...** 2006.

_____. Fragmentos de uma “analítica” da mediatização. **Matrizes**. São Paulo: ECA/USP, n. 1, 2008, p. 89-105.

_____. Recepção, ‘corpo-significante’ em circulação. In: BRIGNOL, L. D.; BORELLI, V. **Pesquisa em recepção**: relatos da Segunda Jornada Gaúcha. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2015a, p. 17-24.

_____. Conversações televisivas sobre as manifestações de 2013: o ator social emudecido. **Rizoma**. Santa Cruz do Sul, v. 3, n. 1, p. 7-22, 2015.

FORD, A. **La marca de la bestia**: identificación, desigualdades e infoentretenimiento en la sociedad contemporánea. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 1999.

JUNQUEIRA, R. D. “Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária - ou a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”? In: RIBEIRO, P. R. C.; MAGALHÃES, J. C. (org.). **Debates**



III Seminário Internacional de Pesquisas em **Mediatização** e Processos Sociais

contemporâneos sobre Educação para a sexualidade. Rio Grande: Editora da FURG, 2017, p. 25-52.

MIGUEL, L. F. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” – Escola sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. **Direito & Práxis**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, 2016, p. 590-621.

MISKOLCI, Richard. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero”. **cadernos pagu**, v. 53, Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, p. e185302, 2018.

_____.; CAMPANA, M. “Ideologia de Gênero”: notas para a genealogia de um pânico sexual contemporâneo. **Sociedade e Estado**, v. 32, p.725-747, 2017.

_____.; PEREIRA, P. P. G. Quem tem medo de Judith Butler? A cruzada moral contra os direitos humanos no Brasil. **cadernos pagu**, v. 53, Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, p. e185300, 2018.

O’LEARY, D. **The gender agenda.** Lafayette: Vital Press, 1997.

RATZINGER, J. A. **La sal de la Terra.** Madrid: Libros Palabra, 1997.

VERÓN, E. **Fragments de um tecido.** São Leopoldo: Unisinos, 2005.